



SENADO FEDERAL

Comissão de Educação e Cultura

28ª Reunião Extraordinária – 21/5/2024

Resumo da Audiência Pública Interativa

Finalidade: instruir o Projeto de Lei 5.950, de 2023, que "altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir educação e administração financeira nos currículos da educação básica".

Requerimento relacionado: [REQ 34/2024 - CE](#), Senador Izalci Lucas (PL/DF); [REQ 35/2024 - CE](#), Senador Izalci Lucas (PL/DF); [REQ 38/2024 - CE](#), Senador Izalci Lucas (PL/DF); [REQ 41/2024 - CE](#), Senador Izalci Lucas (PL/DF); e [REQ 37/2024 - CE](#), Senadora Janaína Farias (PT/CE).

Projeto de lei relacionado: [PL 5950/2023](#) (Senador Izalci Lucas – PL/DF), tramita em conjunto com [PL 2170/2019](#) (Senador Izalci Lucas – PL/DF) e [PL 5949/2023](#) (Senador Izalci Lucas – PL/DF).

Participantes: Carminha Porto, presidente-executiva da Associação dos Bancos (ASSBAN); Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, presidente do Fórum Nacional de Educação (FNE) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Luiz Lesse Moura Santos, vice-presidente da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (Confefras); Fátima Gavioli, secretária de Estado da Educação de Goiás e representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); Paulo Roque Khouri, advogado, jornalista, mestre e doutor em Direito; Iêdes Soares Braga, subsecretária de Educação Básica da Secretaria de Educação do Distrito Federal; Amábile Aparecida Pacios, conselheira da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE); e Christy Ganzert Gomes Pato, coordenador-geral de Estratégia da Educação Básica do Ministério da Educação (MEC).

Carminha Porto, presidente-executiva da Associação dos Bancos (ASSBAN)

Principais tópicos abordados pela convidada:

✓ A Assban, entidade sem fins lucrativos com 50 anos de existência e integrada por estabelecimentos bancários ou estrangeiros, tem se dedicado a promover a educação financeira. Através de iniciativas como programas educativos em escolas, a Assban visa preparar crianças, adolescentes e adultos para lidar de maneira consciente e responsável com questões financeiras. A convidada citou projetos passados, como atendimentos a 80 escolas e 37 mil alunos de 2008 a 2015, além de adaptações mais recentes como *lives* e materiais educativos sobre temas contemporâneos como relações de consumo e serviço



SENADO FEDERAL

financeiro, cenário macroeconômico, *open banking*, LGPD e Pix. Enfatizou a importância da inclusão financeira através da educação financeira.

✓ A Assban oferta serviços como um centro de resolução de conflitos financeiros, que auxilia consumidores na negociação e quitação de dívidas de forma gratuita.

✓ Como desafios enfrentados pelas pessoas na gestão de suas finanças pessoais, citou o impacto do consumo impulsivo e do endividamento, enfatizando a necessidade de uma abordagem consciente ao crédito e às decisões financeiras. Destacou a importância de uma educação financeira contínua para ajudar os indivíduos a desenvolverem habilidades de planejamento financeiro, controle de despesas e gestão de dívidas.

✓ Mencionou que o endividamento não apenas causa problemas financeiros, mas também psicológicos, contribuindo para o descontrole emocional das pessoas, desarmonia familiar e estresse, vergonha e falência. Então, entra o fator psicológico muito atuante. Assim, o ensino da educação financeira é uma ação de cidadania para a população.

✓ Oferecem serviços por meio de um centro de resolução de conflitos financeiros, que auxilie os consumidores na negociação e na quitação de dívidas de forma gratuita. E também participam do grupo “Superendividados” do Tribunal de Justiça, na qualidade de mediadores voluntários.

Principais recomendações da convidada:

✓ Ampliação de programas educativos sobre educação financeira, sugerindo que sejam desenvolvidas parcerias com escolas e comunidades para oferecer palestras, *workshops* e materiais educativos que ensinem desde cedo sobre orçamento pessoal, poupança, investimento e consumo consciente, com o objetivo de preparar os jovens para tomar decisões financeiras responsáveis ao longo da vida.

✓ Expansão de serviços de mediação financeira, onde pessoas endividadas possam buscar orientação e apoio para negociar suas dívidas de forma estruturada e eficiente.

✓ Realização de campanhas de conscientização sobre o uso responsável de produtos financeiros, como cartões de crédito e empréstimos pessoais, incentivando a população a tomar decisões financeiras com base em suas reais necessidades e capacidades.

✓ Necessidade urgente de educação financeira contínua e eficaz para promover uma sociedade mais consciente e preparada para enfrentar desafios econômicos pessoais e oferta de serviços práticos para ajudar indivíduos a gerenciar suas finanças de maneira responsável e sustentável.



SENADO FEDERAL

Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, presidente do Fórum Nacional de Educação (FNE) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)

Principais tópicos abordados pelo convidado:

✓ Informou que a CNTE coordena o Fórum Nacional de Educação com a representação de 65 entidades representativas, 14 secretarias do Ministério da Educação e entidades nacionais que compõem o Fórum Nacional da Educação e que realizou nos dias 28, 29 e 30 de janeiro, a Conferência Nacional de Educação 2024, para subsidiar o Ministério da Educação e o Governo Federal na elaboração do projeto de lei do novo Plano Nacional de Educação.

✓ A educação financeira deve ser trabalhada de forma transversal nos currículos escolares. Essa abordagem facilitaria a implementação nas escolas, evitando resistências que surgem quando se tenta adicionar uma nova disciplina ao currículo. Defendeu que fosse levada a transversalidade da autonomia financeira de forma coletiva e na prática escolar, fazendo com que os conselhos escolares sejam criados e que, de fato, funcionem no espaço da escola, permitindo uma ação coletiva de pensar os recursos.

Principais recomendações do convidado:

✓ A implementação da educação financeira nas escolas não deve se limitar apenas à inclusão de conteúdos nos currículos, mas também envolver a capacitação e o fortalecimento dos conselhos escolares. Isso pode ser feito através de programas de formação para membros dos conselhos e incentivos para que as escolas desenvolvam planos de gestão financeira participativa. Além disso, sugeriu a criação mecanismos para monitorar e avaliar a eficácia dessas iniciativas na melhoria da gestão financeira escolar.

✓ Fortalecer a autonomia financeira das escolas públicas. Propôs que os conselhos escolares desempenhem um papel fundamental na gestão transparente e participativa dos recursos financeiros, funcionando como espaços onde a comunidade escolar possa discutir e decidir coletivamente sobre a aplicação dos recursos recebidos, garantindo maior transparência e eficiência na gestão financeira das escolas.

✓ Para garantir uma gestão financeira transparente e eficiente, enfatizou a importância de envolver toda a comunidade escolar no processo. Isso inclui a realização de eleições transparentes para os membros dos conselhos escolares, assegurando que eles sejam verdadeiramente representativos e responsáveis pela tomada de decisões financeiras. Ao promover um ambiente participativo e democrático, as escolas podem melhorar a confiança e o engajamento da comunidade no uso dos recursos públicos destinados à educação.

✓ Desenvolver a formação cidadã nos alunos por meio da educação financeira, o que envolve capacitá-los para entenderem situação da economia local, até para que os



SENADO FEDERAL

alunos entendam a própria dinâmica do município na perspectiva de utilização desses recursos e da característica do município.

✓ Diante do fato de que 70% dos servidores públicos estão superendividados e de que 53% de professores no Brasil que são contratados temporariamente, com destaque para o Estado de Goiás (48%); Distrito Federal (57%); e Pernambuco (63%), o convidado demonstrou preocupação significativa sobre quem estará apto a ensinar educação financeira nas escolas. Ele enfatizou que a maioria dos professores, especialmente aqueles contratados temporariamente, pode não ter estabilidade para efetivar políticas educacionais de longo prazo. Sugere que a educação financeira seja trazida para a prática da gestão escolar como exercício de cidadania dos estudantes.

Luiz Lesse Moura Santos, vice-presidente da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (Confebras)

Principais tópicos abordados pelo convidado:

✓ Destaca o papel significativo do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo no Brasil, fornecendo mais de 9 mil postos de atendimento e auxiliando mais de 15,5 milhões de cooperados, contabilizando 99 mil empregos diretos e 728 cooperativas. Avaliou que esse sistema não apenas democratiza o acesso ao crédito, mas também oferece serviços e soluções financeiras para todos os associados e os cidadãos.

✓ São princípios fundamentais do cooperativismo: a adesão livre e voluntária, a gestão democrática pelos associados, a participação econômica, a autonomia e independência, a educação, a intercooperação e o interesse pela sociedade.

✓ A inclusão da administração e educação financeira como tema transversal na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) capacita os alunos desde cedo com habilidades práticas essenciais, como planejamento financeiro pessoal, entendimento de orçamento e gestão de recursos. Pontuou ser importante integrar a educação financeira com outros temas educacionais, como empreendedorismo, meio ambiente, saúde e tecnologia, pois essa abordagem multidisciplinar não só enriquece o aprendizado dos alunos, mas também os prepara para a vida.

✓ Mencionou programas específicos desenvolvidos pelo cooperativismo, como o CooperaEduca, que alcançou mais de 90 mil crianças durante a Semana Nacional de Economia Financeira, com mais de 90 mil crianças alcançadas. Apresentou outros cursos oferecidos para as cooperativas e a sociedade, como: o cooperativismo básico, o cooperativo financeiro, a questão social e a gestão de finanças pessoais.

✓ Incentivou o engajamento ativo da comunidade escolar e local no processo educativo, promovendo a participação dos pais, alunos e membros da comunidade nas decisões educacionais e na implementação de programas de educação financeira.



SENADO FEDERAL

✓ O convidado preside uma cooperativa de crédito direcionada aos servidores públicos do Poder Executivo federal e distrital, criada a partir da observação da falta da educação financeira entre os servidores e com o propósito de educar, orientar e proporcionar auxílio econômico e financeiro aos seus membros. Através dessa abordagem, buscaram ajudar os servidores a melhor gerir suas finanças e evitar o ciclo de endividamento excessivo. O programa foi instituído em algumas escolas, com o treinamento de professores e gerou resultados satisfatórios. Ressaltou que a educação financeira não apenas melhora a qualidade de vida pessoal dos cidadãos, mas também ajuda a prevenir problemas de ordem psicológica, econômica e pessoal.

Principais recomendações do convidado:

✓ Implementação eficaz da inclusão da educação financeira como tema transversal na BNCC, com currículos adaptados para ensinar habilidades financeiras desde os primeiros anos escolares até o ensino médio. Isso deve ser acompanhado de formação adequada para professores e apoio contínuo das instituições educacionais.

✓ Importância de parcerias estratégicas entre o setor educacional, o cooperativismo de crédito e outras instituições para ampliar o alcance dos programas educacionais. Essas parcerias podem facilitar o acesso a recursos educacionais, capacitação de professores e desenvolvimento de currículos inovadores.

Fátima Gavioli, secretária de Estado da Educação de Goiás e representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed)

Principais tópicos abordados pela convidada:

✓ Enfatizou que o posicionamento do colegiado, não é o posicionamento da Secretária de Goiás, entende que a BNCC é um documento complexo e primoroso, resultado de um longo processo de elaboração e que representa um marco na educação brasileira. Para ela, modificar a BNCC com a inclusão de novas disciplinas pode fragmentá-la, tornando-a uma "colcha de retalhos" em vez de um documento coeso e unificado. Acredita que educação financeira precisa ser trabalhada nas escolas, mas não concorda com a ideia de que isso seja uma disciplina inserida no currículo.

✓ Muitos estados, incluindo Goiás, já trabalham com a educação financeira de maneira eficaz através de itinerários formativos no ensino médio e projetos de vida na educação integral. As abordagens transversais são eficientes e já demonstraram resultados positivos, sendo adaptadas para atender às necessidades específicas de cada região e contexto socioeconômico.

✓ Demonstrou preocupações sobre os custos adicionais e logísticos que a introdução de uma nova disciplina na matriz curricular poderia acarretar para os estados e



SENADO FEDERAL

municípios brasileiros. Para ela, não há infraestrutura suficiente para contratar professores especializados em educação financeira, o que poderia sobrecarregar ainda mais o limitado orçamento educacional.

✓ As parcerias já estabelecidas com instituições como o Instituto BEI, por meio da matemática financeira, e o Banco Central, por meio de cursos, são de grande importância, oferecendo suporte na formação e implementação de programas educacionais voltados para educação financeira. Essas parcerias têm sido essenciais para melhorar o planejamento financeiro e o entendimento econômico dos estudantes.

✓ O Consed reafirma seu compromisso com o fortalecimento da educação financeira nas escolas brasileiras, garantindo que essa temática permaneça como uma prioridade educacional, mesmo sem alterações na estrutura curricular da BNCC, enfatizando a importância de abordagens pragmáticas e sustentáveis para promover uma educação financeira eficaz no Brasil.

Principais recomendações da convidada:

✓ A educação financeira deve continuar sendo trabalhada dentro dos itinerários do ensino médio e projetos de vida na educação integral, como práticas já estabelecidas e eficazes. Isso permite que os estados aproveitem ao máximo os recursos existentes e evitem sobrecarregar o sistema educacional com novas demandas estruturais e financeiras.

✓ Fortalecer e expandir as parcerias com instituições externas, como o Banco Central e outras entidades educacionais e financeiras, para garantir acesso contínuo a recursos educacionais e programas de formação para professores e ajudar na disseminação de boas práticas e na adaptação de currículos às realidades locais.

✓ O tema deve ser tratado por professores de forma transversal, com a possibilidade de que seja feito o itinerário do ensino médio.

✓ Aprimoramento contínuo dos programas educacionais existentes em colaboração com especialistas em educação financeira, o que inclui a adaptação dos conteúdos para diferentes contextos regionais e a avaliação regular dos impactos desses programas na formação dos estudantes.

Paulo Roque Khouri, advogado, jornalista, mestre e doutor em Direito

Principais tópicos abordados pelo convidado:

✓ A educação financeira é fundamental para resolver problemas econômicos enfrentados pelas famílias brasileiras. Com um alto índice de endividamento e inadimplência, cerca de 80% das famílias estão endividadas, e 30% delas são inadimplentes. Isso representa um risco significativo para o sistema financeiro nacional.



SENADO FEDERAL

✓ O endividamento mais recorrente ocorre no cartão de crédito, onde os juros ainda são altos, embora tenham sido limitados a 100%. É um endividamento decorrente de consumo.

✓ Há avanços legislativos recentes, como a inclusão da necessidade de educação financeira no Código de Defesa do Consumidor. No entanto, enfatizou que o direito à informação, embora importante para prevenir o superendividamento, não é suficiente. É necessário um programa educacional abrangente para contemplar a educação para o consumo.

✓ A educação financeira está intrinsecamente ligada à educação para o consumo. Desde a crise de 2008, organizações internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas (ONU) editaram manuais de proteção aos consumidores, que enfatizam a necessidade de uma educação financeira para, de certa maneira, ajudar a blindar o país, a sociedade e o próprio patrimônio do consumidor de situações inusitadas na economia.

✓ A educação financeira não só capacita os consumidores a administrarem melhor seus recursos e a diferenciarem entre necessidades e desejos, mas também a entenderem contratos complexos, como os de alienação fiduciária, evitando armadilhas financeiras.

Principais recomendações do convidado:

✓ Integrar a educação financeira de forma sistemática na matriz curricular das escolas brasileiras, desde o ensino básico até o superior. Isso garantirá que os alunos adquiram habilidades financeiras desde os primeiros anos escolares, preparando-os para tomarem decisões financeiras responsáveis ao longo da vida.

✓ Os programas educacionais devem ensinar não apenas os princípios básicos de economia e finanças, mas também promover compreensão crítica sobre consumo consciente e publicidade. Isso inclui ensinar os alunos a lerem contratos financeiros e a discernirem entre informações e *marketing*.

✓ Os governos, instituições financeiras e ONGs devem estabelecer parcerias para desenvolver e implementar programas de educação financeira. Essas colaborações podem ampliar o alcance e a eficácia das iniciativas educacionais, beneficiando um maior número de estudantes e consumidores.

✓ Incentivar pesquisas para avaliar a eficácia dos programas de educação financeira e identificar melhores práticas. Esses dados podem informar políticas públicas mais eficazes e promover ajustes curriculares necessários para que os desafios contemporâneos relacionados à educação financeira sejam enfrentados

✓ Promover uma cultura de poupança no País, incentivando os indivíduos a adotarem hábitos financeiros saudáveis desde cedo, beneficiando o indivíduo e contribuindo para a estabilidade e sustentabilidade da econômica nacional.



SENADO FEDERAL

✓ Questionou o distanciamento do currículo escolar das demandas sociais e econômicas reais dos alunos, o que pode estar contribuindo para os baixos índices de desempenho. Sugeriu que o ensino brasileiro avance e se modernize, como observado em experiências internacionais, tendo em vista que a educação financeira prepara o empreendedor do futuro, que vai gerar empregos e riquezas para o País, com um consumo consciente e liberdade de escolha.

Iêdes Soares Braga, subsecretária de Educação Básica da Secretaria de Educação do Distrito Federal

Principais tópicos abordados pela convidada:

✓ Desde 2006, está em vigor no Distrito Federal lei que instituiu o Programa de Educação Financeira nas escolas de ensino fundamental, promovendo a educação financeira de maneira abrangente e eficaz nas escolas, integrando-a de forma estruturada no currículo educacional e incentivando práticas pedagógicas inovadoras e adaptadas à realidade local. Posteriormente, normativos federais e distritais reforçaram essa temática. Com a aprovação da BNCC em 2017, que incluiu diretrizes para a elaboração dos currículos pelos estados e municípios, a educação financeira foi integrada como parte do componente curricular de matemática.

✓ Em 2018, houve uma revisão do currículo local à luz da BNCC, denominado Currículo em Movimento. Este realinhamento permitiu a inclusão de objetivos de aprendizagem em matemática que abordam diretamente a educação financeira em todas as séries do ensino fundamental, garantindo que seja parte integrante do ensino regular.

✓ A Secretaria de Educação do DF estabeleceu parceria com o Banco Central, que tem contribuído para a formação contínua dos professores e com a participação de 193 escolas de ensino fundamental. Esta colaboração não apenas enriquece o conhecimento dos educadores, mas também fortalece os projetos de educação financeira desenvolvidos nas escolas, permitindo uma abordagem prática e contextualizada.

✓ Além dos esforços coordenados com o Banco Central, as escolas do Distrito Federal têm autonomia para desenvolver projetos específicos de educação financeira, alinhados com as diretrizes do currículo local e da BNCC. Esses projetos são fundamentais para a aplicação prática dos conceitos financeiros pelos estudantes.

Principais recomendações da convidada:

✓ Tratar a educação financeira como tema transversal dentro do componente curricular de matemática, o que permite uma abordagem integrada e contínua ao longo da educação básica. Essa abordagem não só fortalece o entendimento dos alunos sobre finanças



SENADO FEDERAL

pessoais, mas também os prepara para tomar decisões financeiramente responsáveis no futuro.

✓ Enfatizou a importância de abordar a educação financeira de forma transversal, tanto nas redes públicas de ensino, quanto nas particulares. Ela argumentou que essa abordagem permite compartilhar a responsabilidade pelo ensino dessa temática entre diversos professores, aliviando a pressão sobre um único educador.

Amábile Aparecida Pacios, conselheira da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE)

Principais tópicos abordados pela convidada:

✓ O Conselho Nacional de Educação apoia a proposta de inclusão da educação financeira como tema transversal no currículo escolar, integrando os conceitos financeiros no dia a dia da escola, através de projetos e conteúdos que, não necessariamente, constituam uma disciplina separada.

✓ As escolas particulares já incorporam a educação financeira de forma transversal em suas atividades educacionais, por meio de projetos e conteúdos inseridos em disciplinas como matemática, matemática financeira, entre outras.

✓ Preocupação com a quantidade de propostas de novas disciplinas sendo sugeridas para o currículo escolar, tanto nas escolas públicas quanto particulares.

Principais recomendações da convidada:

✓ A educação financeira deve ser tratada de forma transversal nas escolas, não como nova disciplina.

Christy Ganzert Gomes Pato, coordenador-geral de Estratégia da Educação Básica do Ministério da Educação (MEC)

Principais tópicos abordados pelo convidado:

✓ Esclareceu a BNCC tem como tema contemporâneo transversal a educação financeira, inclusive a educação tributária.

✓ Há desafios práticos enfrentados pelas secretarias de educação e escolas na implementação de novos temas no currículo, como a capacitação de professores e a alocação de recursos financeiros. Mencionou que a gestão do currículo já é complexa devido às



SENADO FEDERAL

múltiplas disciplinas obrigatórias e às diferenças regionais na capacidade de implementação.

✓ Apresentou iniciativas em andamento do MEC para promover a educação financeira, como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o projeto "Escola e Comunidade", com a participação dos alunos, pais e responsáveis, em atividades educativas que abordem a educação financeira de maneira prática e integrada ao ambiente escolar.

✓ O sistema federativo brasileiro é complexo, composto por quase 5,6 mil entidades, entre municípios e estados. A diversidade de autonomias e ações discricionárias são elementos que influenciam diretamente na implementação de políticas públicas, incluindo aquelas relacionadas à educação. Diante disso, ressaltou a importância do diálogo e da cooperação entre os diferentes atores envolvidos na formulação e implementação de políticas educacionais. Ele destacou que a eficácia da legislação depende da compreensão e da racionalidade dos agentes responsáveis por implementar as políticas a nível local.

Principais recomendações do convidado:

✓ Manter a educação financeira como tema transversal na BNCC, sem necessidade de criar uma nova disciplina curricular obrigatória. Isso permite flexibilidade para incorporar o tema de forma integrada às disciplinas existentes, sem aumentar a carga curricular.

✓ Investir na capacitação contínua de professores para que possam integrar efetivamente a educação financeira em suas práticas de ensino diárias. Programas como o PDDE podem ser utilizados para financiar atividades de formação e desenvolvimento profissional nesse sentido.

✓ Fortalecer a participação dos pais e da comunidade escolar nas atividades relacionadas à educação financeira. Projetos como o "Escola e Comunidade" podem servir de modelo para criar espaços de aprendizagem conjunta que envolvam todos os atores educacionais relevantes.

✓ Desenvolver métricas claras para avaliar a eficácia da implementação e o monitoramento da educação financeira nas escolas. Isso inclui não apenas a adesão às diretrizes curriculares, mas também o impacto percebido nas habilidades financeiras dos alunos e na conscientização das famílias sobre o tema.

✓ Manter a continuidade das parcerias entre o MEC, Banco Central, Tesouro Nacional, Caixa Econômica e Conselho Federal de Economia (Cofecon), para desenvolver estratégias unificadas de educação financeira. Essa colaboração visa fortalecer a implementação de temas transversais na educação básica, aproveitando recursos e conhecimentos especializados de diferentes entidades e garantindo a sustentabilidade das iniciativas de educação financeira e o desenvolvimento de recursos educacionais e estratégias pedagógicas inovadoras.